

# ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E PRÁTICAS ESCOLARES EM UMA INSTITUIÇÃO SALESIANA DE MATO GROSSO DO SUL (1972-1987)

Cel eida Maria Costa de Souza e Sil va\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica da educação salesiana por meio da organização pedagógica, administrativa e das práticas escolares no Colégio Salesiano de Santa Teresa. Instituição confessional católica, localizado em Corumbá (Mato Grosso do Sul) e, em funcionamento desde 1899. Elegemos neste estudo, os anos de 1972 a 1987, e utilizamos como fontes de pesquisa os documentos do acervo da escola: Regimento Interno (1971, 1987), Calendário Escolar, Livro de Ocorrência, ofícios (expedidos, recebidos, circulares), comunicações internas e decretos. Utilizamos também a bibliografia existente sobre tema, uma vez que os salesianos já foram estudados por outros autores. Além disso, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com a intenção de esclarecer ou complementar informações que permitissem construir interpretações, explicações e entendimentos da realidade complexa e dinâmica do Colégio.

**Palavras-chaves:** Educação Salesiana, Cultura escolar, Organização pedagógica e funcionamento

## **Pedagogical, administrative organizations and scholar practices in salesian institution from Mato Grosso do Sul (1972-1987)**

**Abstract:** The objective in this article is to analyse the salesian education by the pedagogical, administrative organizations and scholar practices in the Colégio Salesiano de Santa Teresa. A religious catholic institution, sited in Corumbá-MS, in educative activities since 1889. We elected the years from 1972 to 1987, and we used as research sources: documents from the school patrimony – internal rules (1971, 1987), scholar calendar, the event's book (in which the activities were registered), the official letters (dispatched, received, circulars), internal communications and decrees. We also used as source bibliographical references, since the Salesians were already studied by other authors, besides that, semi-structured interviews were realized with the purpose to clarify or to complement information that allowed the construction of interpretations, explanations and to understand the complex reality and the dynamic of the school.

**Keywords:** Salesian Education, Scholar Culture, Pedagogical organization and operation

## **Introdução**

Neste artigo, analisamos a dinâmica da educação salesiana, enfocando a organização pedagógica, administrativa e as práticas escolares no Colégio Salesiano de Santa Teresa. Instituição confessional católica e em atividade desde 1899, em Corumbá (Mato Grosso do Sul). Elegemos como recorte temporal os anos de 1972 a 1987. 1972 foi o ano em que começou a vigorar o convênio celebrado entre a Missão Salesiana de Mato Grosso e o Estado de Mato Grosso. Cabe esclarecer que mesmo com a divisão do estado

---

\* É professora e pesquisadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

de Mato Grosso em 1977, com a implantação do Mato Grosso do Sul, o Convênio continuou tendo validade. E, o ano de 1987, corresponde à data final do convênio. É necessário destacar que a partir de 1988, entrou em vigor outro convênio que perdurou até 1996 e, por estar constituído de aspectos diferentes, não o abordaremos neste artigo.

Em 1971, foi firmado o convênio que criara a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa, em funcionamento a partir de 1972. Como particularidade do período, o prédio onde funcionava o Colégio Salesiano de Santa Teresa, instituição privada mantida pela Missão Salesiana de Mato Grosso com poucos alunos matriculados, muito espaço ocioso, passou a abrigar a Escola Estadual. As turmas do Colégio privado aos poucos foram desativadas e, a partir de 1982, foram extintas. Então, a partir daí, a escola tornou-se totalmente pública.

Assim, de 1972 a 1981, havia duas escolas em um mesmo prédio, com coordenação, direção, supervisão e professores para atender em separado a clientela do público e do privado. O prédio tinha três andares e, no primeiro andar, o Colégio era privado e no segundo e terceiro andares, a escola era pública.

O Convênio responsabilizava a Missão Salesiana pela cessão do prédio, a direção e a coordenação geral da escola pública. E, o Estado de Mato Grosso e, posteriormente, Mato Grosso do Sul, arcava com todas as despesas para a manutenção e funcionamento de todo prédio, bem como, remunerava professores e funcionários.

Neste estudo, utilizamos a categoria *cultura escolar* como aporte para entender a organização pedagógica, o funcionamento interno, bem como as práticas escolares no Colégio Salesiano e na Escola Estadual Santa Teresa. Entendemos a categoria *cultura escolar* de acordo com concepção de Dominique Julia (2001), que contempla três pontos para o estudo: o primeiro, as normas e finalidades que regem a instituição; o segundo, a profissionalização do trabalho docente; e o terceiro, os conteúdos ensinados e práticas escolares. Viñao Frago (1995, 2000) também contribuiu para nosso entendimento e análise sobre a *cultura escolar* à medida que assegura que a *cultura escolar* diz respeito às formas de organização, valores, saberes, estratégias e diferentes práticas estabelecidas e compartilhadas, no interior das escolas por todos os sujeitos envolvidos nas atividades específicas de natureza escolar, realizadas por alunos, professores, outros profissionais da escola e a comunidade.

As acepções de *cultura escolar* dos dois autores citados manifestam outras formas de conhecer a escola, se considerarmos o predomínio, na historiografia, da abordagem macro estrutural, que percebia a escola como uma instituição social e política, mas

pouco refletia sobre o cotidiano dela. Portanto, os conceitos elaborados pelos dois autores podem ser considerados complementares e constituem outras formas de analisar e escrever a história da educação.

Elegemos como fontes os documentos do acervo da escola: Regimento Interno (1971, 1987), Calendário Escolar, Livro de Ocorrência, ofícios (expedidos, recebidos, circulares), comunicações internas e decretos. Temos também, fontes bibliográficas, uma vez que os salesianos já foram estudados por outros autores. Além disso realizamos entrevistas semiestruturadas com a intenção de esclarecer ou complementar informações que permitissem construir interpretações, explicações e entender a realidade complexa e dinâmica do Colégio.

### **Identidade e especificidades da Educação Salesiana**

A Congregação Salesiana ou Sociedade de São Francisco de Sales, uma instituição da Igreja Católica fundada por Dom Bosco, em 1859, em Turim, Norte da Itália, tinha por objetivo dar assistência educacional aos jovens, em especial, aos mais necessitados, protegendo-os da marginalização. Segundo os registros da Congregação Salesiana, a preocupação do fundador era a de fazer o bem à juventude carente de sua época. De início, organizou nos oratórios pequenas oficinas, que depois se transformaram em escolas de artes e ofícios e escolas profissionais. Deixou como legado à educação salesiana, o Sistema Preventivo, fundamentado em três princípios: *amorevolezza*, razão e religião.

O propósito salesiano de educação buscava a formação integral da juventude que para Dom Bosco tinha como ponto central a prevenção *versus* repressão, fundamentado na razão, na religião, e na *amorevolezza*. Princípios estes que podem ser observados tanto nas atividades oferecidas nos oratórios, como também nas escolas profissionais. Procurava-se ocupar e controlar o tempo livre dos meninos, buscando distanciá-los daquilo que pudesse corrompê-los e inculcando neles um modelo de civilidade urbana, ao mesmo tempo em que se buscava suprimir os hábitos rústicos e ensinar-lhes uma profissão. Isto tudo, constituído como a finalidade moral e religiosa, que visava também evitar que esses jovens marginalizados pela sociedade cometessem crimes e vivessem na imoralidade.

O oratório pode ser considerado como o embrião da obra salesiana. Ao lado dos colégios ou escolas profissionais, quase sempre havia um oratório, uma paróquia. Azzi (2000, p.299) nos explica que:

Os oratórios festivos, berço e origem da Pia Salesiana, não são outra coisa senão centros recreativos, aos quais os meninos e jovens afluem para passar santa e alegremente, os dias santificados, afastando-se, por este meio dos perigos que encontram pelas ruas, e instruindo-se na prática da religião. Nestas reuniões deve dar-se aos meninos plena liberdade de correr, saltar e divertir-se em toda a classe de brinquedos, basta que não haja perigos físicos ou morais.

A ação dos salesianos por meio dos oratórios festivos no século XIX era sempre bem vista pelas autoridades públicas, que até subsidiavam seu funcionamento, pois viam-na como uma solução imediata para o problema da marginalidade. Por outro lado, a aprendizagem de uma “*arte ou ofício*”, oferecida aos jovens das camadas populares, possibilitava a instrução profissional, a inserção no mundo do trabalho e o desenvolvimento integral dos jovens.

O ambiente físico, a organização espacial e os locais da ação salesiana manifestam a identidade da presença salesiana. Castro (2007, p.12) aponta que “a identidade salesiana concretiza-se pela vivência: da espiritualidade salesiana, do Sistema Preventivo, da tradição salesiana, da missão própria da congregação e da reflexão sobre a vida e a ação de Dom Bosco”.

Assim, as relações entre as pessoas, o ambiente físico, as ações pedagógicas ou não, deviam estar estruturadas de acordo com as características do espírito salesiano. E as modalidades de atuação dos salesianos variaram de acordo com a realidade do local onde se estabeleceram, bem como o período. Ou seja, as necessidades históricas definiram as atividades desenvolvidas sendo que os principais objetivos eram: a educação, a promoção humana e a evangelização.

A ideia central de educação para Dom Bosco era a de “*formar bons cristãos e honestos cidadãos*”. Não nos esqueçamos de que este sistema de educação foi pensando na Itália do século XIX, que passava por um processo de unificação. Portanto, questões políticas, econômicas e sociais influenciaram a proposta educativa de Dom Bosco. Para ele, o Sistema Preventivo não se confunde com método de instrução, mas diz respeito a valores a serem transmitidos.

Podemos inferir que para o fundador da obra salesiana, *amorevolezza* dizia respeito à forma de relacionar do educador salesiano com o educando. Sempre vigilante, porém amigo, afável de modo que a afeição pudesse ser sentida pelos jovens, “não é com pancadas, mas com mansidão e caridade que você deve conquistar estes amigos” (Bosco, 2005, p.29).

Para os seus colaboradores, Dom Bosco recomendava que frequentassem o pátio, e estivessem sempre junto dos educandos participando das diversas atividades do universo escolar. Na dinâmica preventiva do fundador, a presença do educador no pátio era fundamental para o acompanhamento e a convivência, ao mesmo tempo, que criava laços de afeto e confiança. Essa prática, era ao mesmo tempo, uma forma de vigiar, impedir o erro, e estar próximo ao educando.

Razão é outra palavra-chave do Sistema Preventivo. Por razão deve-se entender a capacidade de argumentar, de dialogar e explicar os porquês. E para Dom Bosco, o educador deveria incentivar a autonomia intelectual do jovem, dando-lhes a oportunidade de expressar seus pensamentos e ideias (Bianco, 1987). O diálogo entre educador e jovem, tanto em nível pessoal como grupal, é um costume no sistema salesiano. E se manifesta em vários momentos, em especial, nas preleções diárias seja no “bom dia”, no “boa tarde” ou no “boa noite”. Para Dom Bosco, a interação entre educadores e jovens conduz ao equilíbrio, ao respeito, e à liberdade.

Religião é a terceira característica do Sistema Preventivo. É um dos elementos-chave do princípio educativo salesiano, devendo permear o relacionamento entre educador e educando. Dom Bosco acreditava que a religião ajudaria a construir o caráter da criança e do jovem, levando-os a atingir a maturidade cristã, tornando-os bons cidadãos. Fazia parte da proposta de religião no Sistema Preventivo um aspecto coercitivo por meio da frase “Deus te vê!”. Frase proferida no dia-a-dia nas casas salesianas e nos oratórios festivos, como uma forma eficaz de coibir o erro, estimular o amor ao trabalho, a ordem, a disciplina, a vida de oração e o refúgio das más companhias.

No Brasil, há seis inspetorias salesianas cujas sedes estão em Manaus, Campo Grande, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Embora cada presença salesiana tenha uma identidade e especificidade, tendo como base o Sistema Salesiano de Educação, algumas características são comuns às obras, dentre elas:

1. A interação entre os salesianos, a população e a cultura local: podemos afirmar que não existe presença salesiana sem a contribuição dos profissionais ou voluntários leigos, buscando atingir os objetivos ligados à educação, promoção humana e evan-

gelização. A primeira constatação que fazemos ao observar as obras salesianas é a preocupação de tornar conhecida a história de Dom Bosco e de difundir o carisma que o fundador da Congregação tinha pelos jovens, em especial, os abandonados, e das camadas empobrecidas. Um outro dado importante é a aproximação com a cultura e história local, a fim de inculcar os valores da identidade salesiana.<sup>1</sup>

2. O Sistema Preventivo: a ação educativa ou processo educativo dos salesianos é denominado Sistema Preventivo ou Sistema Educativo de Dom Bosco. O cerne da questão educativa para os salesianos está na formação integral do jovem, baseado na “*formação de bons cristãos e honestos cidadãos*”.

Para tratar do Sistema Educativo de Dom Bosco, é importante relatar o sonho que Dom Bosco contou aos seus meninos:

Aos nove anos tive um sonho que ficou profundamente gravado em minha mente por toda a vida. Pareceu-me estar perto de casa, numa área bastante espaçosa, onde uma multidão de meninos estava a brincar. Alguns riam, outros divertiam-se, não poucos blasfemavam. Ao ouvir as blasfêmias, lancei-me de pronto no meio deles, tentando com socos e palavras, fazê-los calar. Nesse momento apareceu um homem venerando, de aspecto varonil, nobremente vestido. Um manto branco cobria-lhe o corpo; seu rosto, porém, era tão luminoso que eu não conseguia fitá-lo. Chamou-me pelo nome e mandou que me pusesse à frente daqueles meninos, acrescentando estas palavras: Não é com pancadas, mas com a mansidão e a caridade que deverás ganhar esses teus amigos. Põe-te imediatamente a instruí-los sobre a fealdade do pecado e a preciosidade da virtude. [...] (Bosco, 2005, p. 29).

As ações e práticas educativas deixadas por Dom Bosco estão baseadas na prevenção e não na repressão. Isso significa que no agir educativo dos salesianos, tanto os educadores como educandos são informados sobre as prescrições e regras da instituição. Nesse mesmo Sistema, anuncia-se que a pedagogia salesiana visa orientar os jovens para a cidadania e plenitude da vida. A crença é de que ao conquistar o “discípulo”, o educador exerce grande influência sobre ele, podendo avisá-lo, aconselhá-lo, corrigi-lo, mesmo quando não se encontra mais no espaço da escola. Desta forma, o Sistema postula uma presença que não pode ser neutra, pois busca “levar a todos os jovens o amor de Deus que os quer salvos [...] querendo sempre o bem do educando e a finalidade transcendente” (Castro, 2007, p. 26).

3. Intensas atividades no campo religioso, cultural e recreativo: torneios de futebol, missas festivas, cânticos, festival estudantil da canção, alvoradas festivas, ativida-

des esportivas em diferentes modalidades, jogos estudantis internos, apresentações teatrais faziam parte do calendário escolar.

O calendário letivo das escolas salesianas é fortemente marcado pela interrupção das atividades de ensino em sala de aula. Isso porque os estudantes devem interagir e desenvolver práticas sincronizadas com o espírito da Congregação. Como nos diz Castro (2007, p. 42): “uma casa salesiana sem festa nunca será uma casa salesiana”.

É característico das obras salesianas um amplo ambiente físico, campo, imenso pátio desportivo para treinamento de várias modalidades, áreas de recreação que favoreçam a realização das diversas atividades. Assim, a educação passa pela sala de aula, pelos laboratórios, mas, sobretudo, acontece no pátio, e na capela.

4. O espaço escolar: os prédios são planejados e construídos para gerar uma prática educativa nos moldes do espírito salesiano, ou seja, incitando “a bondade e o carinho (*amorevolezza*), o espírito de família, o otimismo, uma verdadeira paixão pelo trabalho, a temperança, a criatividade e a flexibilidade no agir” (Castro, 2007, p. 23).

Os espaços escolares cumprem uma função fundamental como elementos disciplinadores e de inculcação ideológica, pois, organizam, classificam, ordenam e hierarquizam os indivíduos em seu interior, produzindo efeitos que uma vez internalizados ficarão presentes ao longo da vida.

5. Disciplina e sanções: as casas salesianas sempre prezaram muito pelo “bom comportamento”, respeito, cumprimento dos deveres. O regimento interno determinava as normas de funcionamento e organização das escolas, devendo ser cumprido por todos os envolvidos no processo educacional. Àqueles que porventura descumprissem as determinações sofreriam as penalidades prescritas no documento. Quando um aluno não cumpria com as obrigações estabelecidas, estava sujeito a sofrer: advertências simples, em aula, pelo professor; repreensão reservada oral ou escrita pelo diretor; suspensão de 1 a 15 dias; expulsão definitiva, com cancelamento de matrícula e expedição de guia de transferência.

A penalidade aplicada aos alunos, em decorrência do não cumprimento do dever, era registrada na escola pelo diretor, ou em alguns casos raros pelo coordenador, em livro próprio, e deveria ser assinada pela pessoa que apresentou a queixa, pelo responsável pelo aluno quando menor, ou pelo próprio aluno.

No cotidiano escolar, o repicar do sino marcava o ordenamento temporal: a entrada, o recreio, a saída, a chamada para todos os atos, constituindo um elemento de controle do trabalho dos alunos e dos professores.

6. Premiação: constitui um meio disciplinar nas obras salesianas e se dava por meio de elogios na presença dos colegas de classe, elogio à frente das classes reunidas no momento da acolhida ou após o recreio, distribuição de certificados de honra ao mérito, medalhas, exposição do nome do aluno no quadro de honra e até mesmo brindes ou “santinhos” para que o momento ficasse marcado na memória de quem os recebeu, servisse de modelo e estímulos para aquele que assistiu a homenagem.

A distribuição de prêmios, além de corroborar às práticas celebrativas, corresponde também a uma prática simbólica que estimula a competição, classifica, exclui, determina ritmos e gestos, visando garantir a identidade da instituição como transmissora e produtora de cultura. Nos colégios salesianos eram oferecidos prêmios aos educandos que apresentassem melhor aproveitamento no processo ensino-aprendizagem.

7. Preleções diárias: prática presente ainda hoje nas casas salesianas no início das aulas, seja no período matutino, vespertino ou noturno. Todos os dias, o diretor ou alguém indicado por ele, dirige algumas palavras afetuosas aos alunos, avisos necessários e admoestações sobre coisas que devem ser feitas ou evitadas.

8. Práticas religiosas: está prescrita no regimento interno a obrigatoriedade de os alunos comparecerem ao colégio, na hora prevista para participar de toda e qualquer atividade religiosa.

9. Ritos e celebrações: fizeram e fazem parte da programação das casas salesianas e integram o processo educativo. Muitas são as celebrações festivas nos ambientes salesianos: exposições escolares, desfiles, exames, formaturas, celebrações religiosas, certames, fanfarras, comemorações cívicas, festivais, festas de encerramento. E esses momentos de celebração são aproveitados para instruir, educar e cultivar os valores morais.

### **Organização Pedagógica, Administrativa e Práticas Escolares no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS**

Para o estudo da *cultura escolar* é importante entender o funcionamento das instituições de ensino, as práticas de ensino buscando desvendar a *caixa preta* escolar (Julia, 2001; Faria Filho et al., 2004). Trataremos da organização e funcionamento do Colégio Salesiano de Santa Teresa, no período de 1972-1987, buscando explicitar a consolidação do Colégio no ensino público, no período em que a escola esteve conveniada com o Estado de Mato Grosso e, posteriormente, Mato Grosso do Sul.



Em 1971, a Missão Salesiana de Mato Grosso e o governo do Estado de Mato Grosso firmaram um Convênio que deu origem a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa, em funcionamento a partir de 1972. O diretor do Colégio Salesiano de Santa Teresa responsável pelo Convênio foi o Pe. Firmino Cazzolato. Foi firmado o:

Convênio que entre si celebram o Governo do Estado de MT, através de sua Secretaria de Educação e Cultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, para que se use em benefício da educação e cultura, as dependências do Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá. O presente Convênio estará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1972. O Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá, em consequência do ajuste do Convênio será denominado Colégio Estadual Santa Teresa. Ass. Joaquim A. Vianna, Secretário de Educação e Cultura, MT (Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá, s/d).

Como particularidade do período, o fato do Colégio Salesiano de Santa Teresa não ter deixado de existir, pois continuou funcionando no primeiro andar, até 1981. E, o Colégio Estadual Santa Teresa, que foi criado por meio do Convênio funcionava, no segundo e terceiro andares. Assim, no período em que o referido convênio vigorou, havia duas categorias de professores e funcionários, os contratados e pagos pela Missão Salesiana de Mato Grosso e outros remunerados pelo Estado e lotados na Escola Estadual Santa Teresa.

Durante a vigência do Convênio, o Estado de Mato Grosso e posteriormente, de Mato Grosso do Sul, pagava todas as despesas da escola, cabendo aos salesianos à cessão do prédio com todo material que dispunha e a Missão Salesiana receberia a matrícula dos alunos da escola pública. O Estado remunerava os funcionários administrativos, os auxiliares de serviços diversos e os professores – indicados ou concursados.

A maioria dos que compunham o quadro de professores do Colégio Santa Teresa (público ou privado) eram ex-alunos do Colégio Salesiano de Santa Teresa ou ex-alunos do Ginásio Normal Imaculada Conceição (GENIC).<sup>2</sup>

Uma das exigências para tornar-se professor ou professora da Escola Estadual Santa Teresa era a afinidade com os princípios educativos de Dom Bosco, a competência profissional e a vivência do Sistema Preventivo, o que gerava uma identidade pedagógica nas duas escolas.

A Missão Salesiana fazia a seleção do corpo docente e encaminhava a relação com o nome do candidato selecionado e a disciplina a ministrar à Secretaria Estadual de

Educação. E esta, responsabilizava-se por fazer a lotação ou contratar os profissionais indicados para trabalhar no Colégio Estadual Santa Teresa.

O Estado influenciava na parte legal. Havia coordenadores, ou supervisores escolares, lotados no Colégio Estadual Santa Teresa, e estes eram responsáveis por organizar a grade curricular, a lotação de professores, a documentação escolar, as atas com notas dos alunos. A direção do Colégio e a coordenação geral eram de responsabilidade da Missão Salesiana.

Na verdade, com o Convênio, mesmo o Colégio mantendo a direção e coordenação geral, perdeu a autonomia, porque tinha que acatar as determinações do governo do Estado de Mato Grosso. Isso fez com que até mesmo a filosofia salesiana fosse aos poucos se diluindo. Sobre a atuação dos salesianos à época da escola conveniada, o perfil dos alunos e professores, as opiniões dos entrevistados foram divergentes.

Um dos colaboradores que há mais tempo está junto aos salesianos e vivenciou as várias fases do Colégio, inclusive esteve junto ao Padre Firmino (em Cuiabá-MT) na assinatura do Convênio em 1971, no que diz respeito à interferência do Estado na organização e funcionamento escolar, comenta que:

[...] Tinha que obedecer, pedagogicamente não podia sair muito porque senão não recebia autorização. Então, tinha que dar aquele conteúdo que vinha de cima para baixo [...] Até 81 a secretaria fiscalizava as classes, conteúdo, tudinho. Liberdade entre aspas na organização interna e pedagogicamente não tinha liberdade nenhuma (professor “B”).<sup>3</sup>

Na opinião da professora A:

[...] a direção e a coordenação geral do Colégio era da Missão Salesiana, então o Estado não interferia de forma nenhuma na indicação de diretores e coordenadores geral, na verdade a única interferência do Estado era em relação ao quantitativo de professores para ocupar os cargos. [...] Apesar de ser a escola estadual, ela seguia realmente a filosofia salesiana. [...] Em todo o período que houve o Convênio tinha coordenador, na época nós falávamos *supervisor escolar, esse pessoal atuava na parte da grade escolar, acompanhamento de professor, de nota e de desenvolvimento*<sup>4</sup> (Grifos nossos).

Fica claro que na indicação dos administradores salesianos não havia interferência do Estado, mas no plano pedagógico é evidente a sua presença. A intenção dos padres em indicar docentes e funcionários afinados com o Sistema Preventivo, na condição de escola conveniada nem sempre era possível. O desafio para a Missão Salesiana

era de imprimir uma linha de trabalho que respeitasse às decisões do governo, mas também possibilitasse manter a qualidade, o cunho religioso e o Sistema Preventivo.

Por mais que houvesse indicação para lotação e contratação de professores, nem todos os profissionais postos à disposição dos salesianos se identificavam com a filosofia salesiana e os salesianos tinham que aceitar o capital humano disponível. O fato de o Colégio ter se tornado conveniado com o Estado não significava perda na qualidade do ensino, mas gerava fator de diferenciação entre os sujeitos que passaram a ter acesso à escolarização naquele ambiente escolar, que até 1981 tinham duas escolas em um mesmo prédio. O depoimento da professora “C” mostra como era a clientela que passou a fazer parte do Colégio Santa Teresa público, em funcionamento simultaneamente com o privado.

Naquela época a gente via a necessidade de atender crianças da maior diversidade de classe social, [...] *nós tínhamos desde filhos de doutores até filhos de serventes da própria escola, então, era um mix de crianças pobres com crianças de classe média*, crianças até que chegavam descalças e a gente arrumava chinelo. Isso era muito bom porque uma via a realidade diferente e aprendia umas com as outras, algumas viam assim uma situação social, monetária diferente da outra, achavam estranho uma criança chegar aqui sem chinelinho, sem nada, a gente arrumava camiseta, arrumava calça, enfim era uma realidade diferente, mas era prazeroso trabalhar<sup>5</sup> (Grifos nossos).

O conflito de identidade do Colégio marca o depoimento transcrito. Uma escola privada com alunos filhos de doutores e uma escola pública com crianças pobres. O Colégio separava e unia os grupos, provocando estranhamento, mas também conformação.

No imaginário coletivo permaneceu a ideia de que os padres salesianos mesmo sendo conveniados com o Estado conseguiram comandar, manter a ordem, o cunho religioso. De acordo com o depoimento do professor “B”, os que ali trabalhavam eram considerados “educadores, não são só professores ou uma escola qualquer. Educam para a vida. Isso é o mais importante!” É uníssona nas falas dos entrevistados a importância atribuída à educação salesiana na cidade, por seguirem o lema de Dom Bosco, que era de formar o bom cristão e o honesto cidadão. Na sequência o mesmo entrevistado diz: “Claro que você não atinge o ideal, mas [...] pelo que você vê de ex-aluno, eu acho que quem soube aproveitar, achou o seu lugar na sociedade de maneira descente, basta olhar a sociedade corumbaense”<sup>6</sup>.

A seguir, o quadro com número de alunos matriculados no Colégio e na Escola Estadual Santa Teresa no período de 1972-1987. É bom lembrar que antes do Convênio, isto é, em 1971, Colégio Salesiano de Santa Teresa (privado) contava com 356 estudantes pagantes matriculados (Arquivo do Colégio Salesiano Santa Teresa. Corumbá, s/d).

Os dados apresentados no quadro 1 foram organizados pela coordenadora do Colégio Salesiano de Santa Teresa em julho de 2009. Apesar de nos anos de 1972 a 1981 coexistirem duas escolas (uma pública e outra particular) em funcionamento no mesmo prédio, o número de alunos matriculados nas duas escolas administradas pelos salesianos foram computados conjuntamente.

Observando o número de alunos que ingressaram na Educação Infantil em 1972 e acompanhando ano a ano a trajetória do grupo, podemos inferir que houve regularidade no número de matrículas, havendo aumento na 5ª série do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Desse modo, provavelmente, em Corumbá não havia vagas suficientes nas escolas públicas que atendessem as demandas dessas etapas escolares.

Quadro 1. : Colégio Salesiano de Santa Teresa e Escola Estadual: número de alunos matriculados (1972-1987)

Ensino Fundamental																
Série	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
EI*	216	266	108	194	154	144	147	150	132	110	120	110	122	118	110	118
1ª	296	295	366	361	273	223	239	219	225	211	264	273	264	289	234	259
2ª	225	226	280	317	347	279	220	225	243	208	234	245	245	251	222	205
3ª	292	304	302	289	328	288	272	243	241	243	232	224	260	253	275	273
4ª	242	305	306	337	245	251	272	263	264	242	241	254	229	236	249	269
5ª	613	810	841	998	517	394	346	426	523	476	400	470	459	482	441	427
6ª	320	511	499	628	596	480	258	332	392	416	369	318	350	352	353	401
7ª	188	296	409	462	451	533	390	327	325	302	340	333	285	373	290	308
8ª	123	181	291	352	377	384	389	339	379	341	226	300	344	334	329	256
Total	2.515	3.194	3.402	3.938	3.288	2.976	2.633	2.527	2.724	2.549	2.426	2.527	2.558	2.688	2.503	2.516
Ensino Médio																
Série	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1ª	263	276	377	476	614	566	563	530	607	562	592	625	550	572	527	548
2ª	35	150	178	232	302	380	329	387	343	301	268	331	307	267	344	326
3ª	22	35	115	128	109	190	236	161	256	260	200	198	231	216	194	170
Total	320	461	670	836	1.025	1.136	1.128	1.078	1.206	1.123	1.060	1.154	1.088	1.055	1.065	1.044
Total Geral	2.835	3.655	4.072	4.774	4.313	4.112	3.761	3.602	3.930	3.672	3.486	3.681	3.646	3.743	3.568	3.560

EI\* – Educação Infantil.

Fonte: Colégio Salesiano de Santa Teresa.

As opiniões dos entrevistados apresentam algumas divergências desse período em que o Colégio separava e misturava os alunos. Vejamos três opiniões de pessoas que trabalharam à época no Colégio. O entrevistado “B” nos diz que:

Foi um período que por parte dos alunos nós conseguíamos controlar bem a situação. Padre Afonso era muito rígido e conseguiu assegurar bem as duas partes. [...] A secretaria era separada a do estadual e a do particular. Quem era o secretário da escola particular era o padre e da estadual era Berenice. [...] Era difícil lidar com essa situação duas realidades dentro de um espaço só.<sup>7</sup>

Na condição de Colégio conveniado tornou-se aberto a todos. A realização do Convênio com o Estado permitiu o ingresso de alunos de outros setores da sociedade nas instalações do Colégio e colaborou muito para que o Colégio particular se mantivesse até o ano de 1981, mesmo com número de alunos reduzindo ano a ano. A entrevistada “C” nos diz:

Hoje eu tenho condição de fazer um paralelo entre o que a gente fala de criança de periferia que vinha para o Santa Teresa. Para elas era uma conquista muito grande conseguir uma vaga no Santa Teresa, em um prédio bonito, limpo, porque a filosofia da casa era a filosofia salesiana, a regra da casa era a salesiana. Essa era a diferença de uma escola estadual comum para uma escola conveniada com salesianos. [...] E essa história do particular, realmente a elite corumbaense queria usufruir mais do prédio. Eu ouvia umas histórias que esse prédio não tinha sido feito para ser escola para pobre. Eu já tinha escutado essas histórias. Mas, entrava em contradição porque a filosofia de D. Bosco é a de atender principalmente as camadas menos favorecidas. Então, o que aconteceu na época, o inspetor da época falou ‘podemos até fazer um andar para aqueles que queiram ter aula com grade diferenciada’ e aí, a turma do particular até a grade deles era maior.<sup>8</sup>

A opinião a seguir, difere das duas primeiras, pois a entrevistada “A” assegura que não havia diferença entre os alunos do Colégio Particular e do Colégio Público.

A escola não era conveniada antes. Ela tinha um número reduzido de sala de aulas e de professores. É lógico que tem professor e professor. A maioria era comprometida. [...] Junto no começo funcionava o Colégio Salesiano de Santa Teresa que era particular com o estadual porque ainda quando houve o Convênio havia alunos matriculados, então precisava gradativamente ir se extinguindo. Não havia diferença de currículo. Tanto é que quando começou havia uma seriedade, um compromisso de todos em fazer que valesse a pena, que concorresse com qualquer outra escola particular. [...] A entrega de nota às vezes se fazia no mesmo período. Não tinha essa diferença, eles - alunos do particular - não conseguiam ser destaque naquela multidão por serem alunos do particular, destacavam sim por uniforme diferente.<sup>9</sup>

Podemos afirmar que a realização do Convênio entre o Estado e a Missão Salesiana gerava um conflito de identidade entre os docentes, os funcionários e os discentes, pois desenvolviam suas atividades num mesmo espaço escolar com sistemas diferentes – público/privado – nem sempre visíveis pelos envolvidos no processo educativo.

Sabemos que a seção particular gerava ônus para os salesianos pelo fato de serem poucas matrículas e exigirem tratamento diferenciado. Na verdade, o Colégio como um todo estava sendo mantido com os recursos do repasse feito pelo governo estadual. Assim, a decisão de encerrar as atividades na parte privada traria benefícios à Missão, pois à medida que fossem disponibilizadas mais vagas para a escola estadual, os funcionários e os professores contratados pela Missão passariam a condição de convocados pelo Estado e ainda havia a possibilidade de os alunos vinculados ao Colégio privado se transferirem para a escola estadual Santa Teresa. Desse modo, a partir de 1982, o Colégio tornou-se totalmente público, pois, as últimas turmas do colégio privado foram desativadas.

### **O Regimento Interno e suas determinações**

O Regimento Interno é um documento interno de uma instância, entidade ou órgão, tendo em vista detalhar a sua organização e o seu funcionamento, respeitando as determinações gerais das leis ou definições maiores. O Regimento é um documento público e é feito pela direção do educandário. Por meio dele, obtêm-se informações sobre procedimentos pedagógicos, critérios de avaliação e seleção, atribuições hierárquicas e padrões de autoridade.

No Regimento Interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa de 1971 constam aspectos ligados ao nome, finalidades do estabelecimento de ensino, organização, cursos, horário, ano escolar, matrícula, frequência, notas e médias, vida escolar, prova final, exame de segunda época, organização administrativa: diretoria, secretaria, tesouraria, conselho de ação, conselheiro escolar, corpo docente e corpo discente, presidência do grêmio estudantil, penalidades, calendário escolar e encerramento do regulamento.

Uma prática muito utilizada no Colégio no início do ano letivo era a leitura pública do Regimento. Dela participavam a direção, o corpo docente e o corpo discente. Podemos dizer que essa prática estava na base do Sistema Preventivo de Dom Bosco (razão, religião e *amorevolezza*) e tinha por finalidade normatizar as relações entre diri-

gentes e dirigidos, professores e alunos. Outro objetivo era o de fazer com que todos os envolvidos no processo educativo conhecessem antecipadamente as normas ou regras a fim de evitar transgredi-las.

A finalidade do Colégio Salesiano de Santa Teresa estava explícita no Regimento Interno de 1971 e era a de “instruir e educar a juventude católica (art. 7º)”, podendo aceitar para qualquer um dos cursos oferecidos, matrículas a “alunos de outros credos, sem prejuízo todavia, do presente Regimento (art. 8º)”.<sup>10</sup>

Todos os alunos até meados da década de 1980 eram obrigados a participar das missas ou de outro tipo de programação religiosa. Quem matriculava seus filhos no Colégio automaticamente os autorizava a participar das celebrações. Para os dirigentes do Colégio, as celebrações religiosas eram momentos de celebrar a vida, a alegria de viver, e “a certeza da presença de Deus na convivência diária e na vida de todos: educadores e educando” (Castro, 2007, p.46). Como já foi dito, a presença era obrigatória e um dos instrumentos usados para confirmá-la era o carimbo efetuado nas cadernetas. Após as celebrações religiosas as mesmas eram conferidas e o aluno que não tinha o carimbo, significava que estava ausente e teria que justificar junto aos dirigentes da instituição. Essa obrigatoriedade permaneceu aproximadamente até os anos de 1980, e a partir daí, de acordo com o relato da entrevistada A quando:

tem uma celebração na Igreja, todos são convidados para ir. Se a criança reluta porque a mãe proibiu, a gente senta ela ali e dá um livrinho para que ela leia ou alguma coisa assim, não vamos obrigar. E os maiores são todos convidados a entrar na Igreja mesmo que não reze, que não faça o sinal da cruz, mas que veja o que está sendo feito ali pra não sair lá fora falando que está sendo feito um trabalho de lavagem cerebral. Não tem nada disso, ensinamos valores. A parte da crença a gente deixa para a catequese não é aquela coisa de incutir obrigatoriamente, ensinar obrigatoriamente uma Ave Maria se eles não creem em Maria.<sup>11</sup>

O depoimento evidencia uma transformação ou adaptação nas práticas educativas em que a criança e o jovem passaram a ser convidados a participar dos eventos religiosos. Parece que o fato do número de alunos ter aumentado significativamente ocasionou a diluição do Sistema Preventivo, até porque havia professores que não estavam comprometidos com a filosofia salesiana.

A organização do trabalho escolar passa pela distribuição do tempo. O horário escolar era elaborado pelo Diretor de estudos, comumente chamado na época de Conselheiro escolar e aprovado pelo diretor, antes do início do ano letivo. A duração das aulas

era de quarenta e cinco minutos, com intervalo de quinze minutos entre a segunda e terceira aula. O ano escolar iniciava no mês de março, independente do ano civil, tinha no mínimo, cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais. O período de férias era de 1º a 31 de julho e do término dos exames finais ao reinício das atividades escolares.

O ensino e o aprendizado na escola passam por uma organização de disciplinas numa programação mensal, bimestral, semestral ou anual (Vinão Frago, 1998, p.6). A temporalidade da escola, seus ciclos, níveis, ritos, exercícios, exames, interrupções festivas, feriados, tempo das férias, estavam previstos no calendário escolar.

As avaliações se davam por meio de trabalhos escritos, arguições, provas, e exames com notas graduadas de meio em meio ponto, a contar de zero a dez. As provas escritas em todas as disciplinas e práticas educativas eram realizadas obrigatoriamente, nos meses de abril, maio, junho, agosto, setembro e outubro. As provas mensais eram marcadas pelos professores, com no mínimo 48 horas de antecedência. Todavia, os alunos não podiam prestar mais de duas provas por dia.

Cada aluno possuía uma caderneta escolar, cuja apresentação diária era obrigatória. Nela se fazia o registro diário das presenças, dos atrasos, das ausências, de qualquer punição ou comunicado, tanto por parte da escola quanto por parte dos pais ou responsáveis. Havia páginas na caderneta destinadas às “comunicações do estabelecimento”, às “comunicações do pai ou responsável”, bem como ao registro do pagamento de mensalidades (taxas). Além disso, estavam impressos na caderneta as normas da escola, os direitos e deveres do aluno, as orações, o Hino Nacional Brasileiro, e o Hino à Bandeira Nacional. A diretoria da escola recomendava o “visto” dos pais à caderneta todas as vezes que houvesse um comunicado, e ao final de cada mês. Podemos dizer que era o meio de correspondência entre o Colégio e os pais ou responsáveis.

Os objetos escolares constituem vestígios da organização pedagógica do ensino, permitindo entender como ocorriam as práticas educacionais em determinado período. Souza (1998, p. 223), parafraseando Escolano, diz que os objetos escolares “manifestam um certo modo de entender e praticar o ensino, além de instituírem um discurso e um poder, eles informam valores e concepções subjacentes à educação”.

### **O ordenamento do tempo escolar**

A organização do tempo na escola por meio do calendário escolar e dos horários



contribui de forma eficiente para ordenar, controlar as atividades educativas – entrada, exercícios, intervalos, festas, saída-, cumprindo uma finalidade moral e disciplinadora de comportamentos.

O calendário escolar era o instrumento que expressava a ordenação temporal das atividades anuais previstas para o estabelecimento de ensino. No período estudado devia ter no mínimo 180 dias de trabalho escolar efetivo. Consideram-se dias letivos, os dias em que as atividades de aula fossem normais no estabelecimento, incluindo, os feriados, quando comemorações cívicas, religiosas, pedagógicas e desportivas, com presenças obrigatórias de professores e alunos. Conforme o Regimento Interno (1987), essas comemorações não podiam ultrapassar a 5% dos dias letivos que na prática correspondiam a nove dias. Analisando o calendário escolar do período estudado, observamos que eram muitas as festividades no decorrer do ano letivo com presença obrigatória de alunos e professores e estas ultrapassavam a carga horária de 5% determinada no Regimento.

No calendário escolar estava estabelecido o período de matrícula; de início das atividades docentes; período de aulas e de férias do corpo docente e discente; feriados; previsão de carga horária mensal e dias letivos; data de apresentação de resultados e avaliação para os alunos; período de recuperação; início e término do ano letivo; reuniões de conselho de classe; reuniões da Associação de Pais e Mestres; reuniões pedagógicas com a direção, com os servidores técnicos-pedagógicos e professores; período de realização de atividades culturais, recreativas, esportivas e religiosas.

Pelo calendário escolar ocorre a regulação do tempo para todos os envolvidos no processo educativo. É um mecanismo de controle da conduta diária no processo de aprendizagem. Como demonstrou Escolano (2001), o tempo e o espaço têm que ser aprendidos como “uma forma cultural que deve ser experimentada”. Viñao Frago (In: Vidal e Faria Filho, 2005, p.42) acrescenta que tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam e permitem a interiorização de comportamentos e representações sociais.

Diante da necessidade de delimitar o tempo escolar e de se cumprir o programa de ensino, dotou-se a escola de normas e instrumentos de controle do tempo. Era preciso obedecer aos relógios, as campainhas, as sinetas, o quadro de horário, instrumentos de controle do tempo.

O quadro de horário registra a distribuição do tempo, a fragmentação das matérias e das atividades e constitui um instrumento de controle do trabalho dos alunos e professores. O tempo escolar se expressa

também como tempo disciplinar: respeitar horários e cumpri-los, cada coisa a seu tempo certo, preciso (Souza, 1998, p.137).

Todos os dias, os mesmos rituais para os alunos do período vespertino. Fazer fila, rezar, cantar, ouvir em silêncio os recados e recomendações, depois de liberados pelo padre diretor ou pela coordenadora deviam subir enfileirados e acompanhados do professor até a sala de aula.

Para os alunos que estudavam nos períodos matutino e noturno, a rotina era um pouco diferente. Não havia mais fila, o acesso à sala de aula não era em companhia dos professores, mas era importante que não desrespeitassem o primeiro sinal, pois ao segundo, o professor já estaria começando a aula e ninguém mais entrava. Além do mais, em sinal de respeito à autoridade e ao poder do professor, era preciso ficar em pé para cumprimentá-lo e esperar que o mesmo percorresse a sala até o canto superior esquerdo, onde ficava a mesa, e autorizasse os alunos a sentar.

Diariamente, ao passar pelos longos corredores do Colégio, dirigentes e coordenação observavam o trabalho dos professores e dos alunos em sala de aula. Nos três andares, da primeira a última aula, sempre era possível avistar um representante da direção com uma agenda na mão, atentos a qualquer irregularidade. A entrevistada B contou-nos sobre essa prática:

Eu fazia uma agenda diária para marcar a ausência do professor. Passava pelos corredores dia tal, primeira aula, todo mundo ok. Aí eu ia olhar o horário. Daí ia olhar na outra aula. Era uma forma de dizer que estávamos por ali. Se tinha alguém fazendo alguma coisa já acalmava. Sistema Preventivo de Dom Bosco era melhor prevenir que remediar. De vez em quando encontramos com alguns ex-alunos que dizem que escutavam o barulhinho da chave. Ninguém queria ser anotado na agenda. A escola era muito grande, então tínhamos que passar, precisávamos passar para ver se estava tudo em ordem.<sup>12</sup>

O olhar autoritário, os gestos coercitivos dos professores e dos coordenadores à frente dos alunos ao cruzar e descruzar os braços, andar compassadamente de lá para cá, “fechar a cara”, o balançar o molho de chaves, eram ferramentas de comando impondo uma mensagem de comportamento.

O modelo de educação era o tradicional. Horários e calendários bem definidos; conteúdos ensinados de forma isolada e pontual; espaço físico inspirando ordem e monotonia; aulas baseadas na exposição e repetição; o professor era o transmissor e, os alunos, vistos como um papel em branco que precisava ser preenchido.

As classes eram organizadas, de acordo, com o nível de escolaridade, aptidões gerais e idade cronológica. Apropriando das palavras de Gimeno Sacristán (2000), os alunos eram selecionados pela própria estrutura do sistema educativo, a política curricular ordenava-os, estabelecendo critérios de competência intelectual e habilidades diversas. O sistema proporcionava os meios, distribuindo os horários, os espaços, e ninguém escapava a esta estrutura. A grande maioria dos docentes e alunos aprendia logo a aceitá-la e assimilá-la como se fosse natural.

Ainda, conforme o Regimento Interno (1987), o corpo docente era constituído por professores e especialistas em educação, habilitados para exercer a função e devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Havia docentes contratados pela Missão Salesiana de acordo com a legislação em vigor e com a filosofia da escola, e outros na condição de lotados no Colégio devido ao Convênio com o Estado de Mato Grosso do Sul. Os professores deveriam elaborar os planos de ensino; sugerir a programação das atividades escolares em relação às turmas que regiam; integrar-se aos serviços técnicos-pedagógicos; informar sobre o trabalho desenvolvido em classe e sobre o rendimento dos alunos; além de participar do conselho de classe.

A qualificação do corpo docente e do pessoal técnico e administrativo realizava-se sob a forma de treinamentos, encontros ou palestras promovidas pela direção do estabelecimento; por meio de sessões de estudos ministradas pelo serviço de orientação pedagógica; e participações em cursos, seminários e palestras, promovidos pela entidade mantenedora ou por órgãos conveniados. Na condição de Colégio conveniado com o Estado, as decisões da Delegacia Regional de Educação e Cultura (DREC) eram sempre acatadas e os professores eram liberados para participar dos eventos.

Além das convocações feitas pela DREC e das reuniões para planejamento e estudos pedagógicos antes do início do ano escolar, os registros efetuados no Livro de Ocorrência nos permitem afirmar que mensalmente havia reuniões com o corpo docente para orientação e acompanhamento didático.

Para os alunos, havia o atendimento no setor de orientação educacional cuja função era a de integrá-lo à escola, ao processo ensino aprendizagem e oferecer-lhes apoio. Anualmente, eram oferecidos prêmios aos alunos com melhor aproveitamento no processo ensino aprendizagem.

A forma de seleção e a determinação dos prêmios ficavam a critério da direção que geralmente, nos dias de premiação, reunia todos os alunos do mesmo turno no pátio da escola e, por classe, chamava os melhores para receber os elogios, honra ao mérito e

presentes, a frente de todos os discentes e docentes. Na tradição salesiana, a distribuição de prêmios era uma das formas de estimular os alunos ao estudo, ao comportamento exemplar, à competição e à superação pessoal.

A solenidade de premiação acontecia bimestralmente e era aguardada com ansiedade, principalmente pelos alunos que tinham bom desempenho, pois era hábito no Colégio expor os nomes dos que se destacavam nos quadros de honra seguidos de suas respectivas notas. Os prêmios que distribuíam eram variados, podendo ser: uma medalha, uma guloseima, um livro, um passeio, objetos religiosos, dentre outros.

Assim como havia prêmios aos discentes disciplinados, os discentes não cumpridores de seus deveres podiam ser penalizados com advertência oral; repreensão escrita comunicada aos pais ou responsáveis; suspensão das aulas e demais atividades por um dia ou até três dias, conforme o caso; cancelamento compulsório da matrícula e expedição de guia de transferência.

As penalidades eram registradas na escola, em livro próprio, e a aplicação delas estava a cargo do diretor, que contava com a ajuda do serviço de coordenação e dos serviços técnicos pedagógicos. De acordo com o Regimento Interno e informações obtidas por meio de entrevistas com ex-alunos, ex-professores, ex-coordenadores e com sujeitos que ainda trabalham no Colégio, as penas de suspensão das aulas e de cancelamento compulsório de matrícula, só ocorriam quando já estavam esgotados os recursos de orientação, advertência, repreensão e suspensão.

Desse modo, as práticas pedagógicas escolares e as práticas do trabalho docente mostram uma profunda disciplinarização na organização do trabalho pedagógico no Santa Teresa. O Sistema Preventivo de Dom Bosco apoiava-se na razão, na persuasão e no convencimento, e apesar de um tanto diluído no período em que o Colégio encontrava-se conveniado, a correção aos faltosos ocorria por meio de uma palavra ao ouvido; de avisos particulares ou em público; da privação de um recreio; do olhar sério do diretor, do coordenador ou mesmo do professor ao aluno; da cópia de trechos “devo comportar-me em sala de aula”, “devo respeitar meus colegas”, considerados a aplicação do princípio da *amorevolezza*.

Na escola havia agremiações estudantis e de professores. Para o caso dos alunos, havia o Grêmio Estudantil e o Centro Cívico Escolar, que no período em que as duas escolas funcionavam juntas era único. O primeiro congregava todos os alunos da escola e tinha finalidades social, desportiva, cultural e cívica e era regido por normas aprovadas pela direção; o segundo, regido por normas próprias provenientes de órgãos exter-

nos, tinha por objetivo desenvolver na escola e na comunidade local, atividades cívicas e cooperar na formação e aperfeiçoamento do caráter do educando.

O Centro Cívico Escolar (CCE) foi criado pelo governo federal no auge da repressão pelo Decreto n. 68065/71 e foi usado para controlar o movimento estudantil. Era uma associação do corpo discente, assistido por um professor orientador da confiança do diretor, cujo objetivo era o de promover atividades cívicas, culturais e artísticas, de caráter ideológico e, definidas pelo governo.

Assim como em outros estabelecimentos de ensino, o Centro Cívico Escolar não tinha autonomia na organização dos eventos e comemorações escolares. Na verdade, tinha pouca representatividade no Colégio, pois tudo estava centralizado na direção, que tinha como obrigação fazer cumprir as determinações legais sob ameaça de duras penalidades. É importante enfatizar que no período em estudo, os conceitos de moral, liberdade e democracia foram reduzidos aos de civismo, patriotismo e subserviência. Em outras palavras, a formação moral restringiu-se a doutrinação ideológica.

Ao realizar o levantamento das fontes, não foi possível encontrar as atas do Grêmio estudantil, do Centro Cívico Escolar e dos Conselhos de Classe correspondentes ao período eleito para a pesquisa. A respeito disso, o Regimento Interno (1987, p.51), no capítulo que trata “*da incineração*” diz que,

Lavradas devidamente as atas, poderão ser incinerados os seguintes documentos escolares e de escrituração, decorrido o prazo de 12 anos: I – Diários de Classe; II – Mapas colecionados de canhoto; III - Livros de Matrícula e IV- Provas Especiais.

É bom dizer que as fontes que não são frequentemente utilizadas pela historiografia tradicional, não são conservadas nos arquivos. Outro dado importante, é que ao longo da década de 1980, o ímpeto desburocratizante e o amparo legal, levou muitas escolas a incinerarem fontes fundamentais para análise das práticas escolares.

### **O Livro de Ocorrência**

O Livro de Ocorrência possui relatos das atividades desenvolvidas no cotidiano escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa e da Escola Estadual, no período de 1971 até o ano de 1977. E traz informações da organização e funcionamento escolar dos dois Colégios.

Eram responsáveis pelos registros no Livro de Ocorrência, o diretor e o secretário da escola. As páginas do Livro vêm numeradas e rubricadas no canto superior direito e trazem informações sucintas, mês a mês, do início ao fim do ano letivo das ocorrências correspondentes ao período de 1971 a 1977. Ano a ano, após os registros do mês de dezembro, o Livro era datado, carimbado e assinado pelo diretor e pelo secretário.

Nele foram relatados os acontecimentos internos, o trabalho executado, e o funcionamento das atividades escolares. Por meio desse documento foi possível conhecer um pouco da história institucional do Colégio Salesiano de Santa Teresa, as práticas, os rituais e as tradições que ocorreram em seu cotidiano, permitindo descortinar novos horizontes acerca do Colégio.

Outro dado interessante é que o responsável pelo registro, ao anotar os acontecimentos do Colégio, em alguns momentos expressa contentamento, inconformismo e, em outros, preocupação por ter que acatar determinações superiores (do Estado via Delegacia Regional de Educação e Cultura -DREC) que interferiam na rotina do Colégio: suspendendo aulas, liberando alunos para atividades que, na opinião do diretor, fugiam do planejamento escolar.

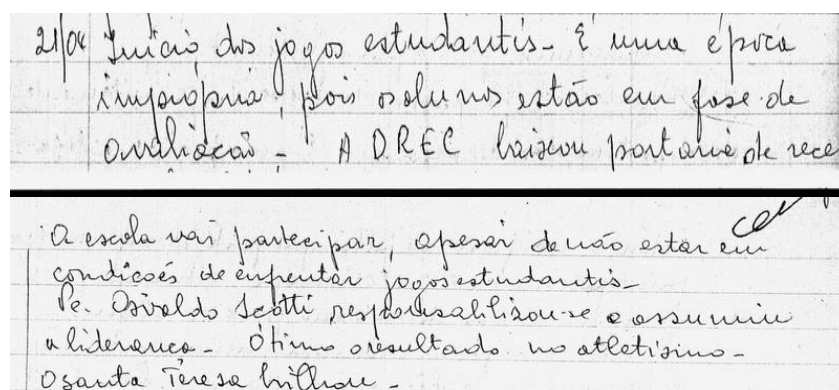


Figura 1: Livro de Ocorrência, 1977, p. 34-5. (Acervo do Colégio Salesiano de Santa Teresa).

Fica evidente no recorte acima a insatisfação por parte do diretor do Colégio em relação à realização dos jogos estudantis em período de avaliação escolar. No entanto, como a DREC baixou Portaria suspendendo as aulas, forçava a escola a participar dos jogos, mesmo não estando em condições, como desabafa o padre diretor, no fragmento acima.

O Livro tinha como finalidade relatar de forma cronológica como as atividades planejadas e previstas no calendário escolar (ou até mesmo improvisadas pela DREC) tinham sido executadas ao longo do ano escolar.

Não existe nas sociedades complexas um sistema escolar que não seja regulado e ordenado por um sistema político e administrativo. As formas e modalidades de intervenção podem variar de acordo com as épocas e sistemas políticos. Para Gimeno Sacristán (2000, p.118),

a ordenação e a prescrição de um determinado currículo por parte da administração educativa é uma forma de propor o referencial para realizar um controle sobre a qualidade do sistema educativo. O controle pode ser exercido, basicamente, por meio da regulação administrativa que ordena *como deve ser* a prática escolar, ainda que seja sob a forma de sugestões, avaliando essa prática do currículo através da *inspeção* ou por meio de uma *avaliação externa* dos alunos como fonte de informação (Grifos do autor).

Nesse sentido, os agentes mediadores situam-se entre o currículo e os professores, exercendo controle sobre a prática profissional dos professores, sobre os conteúdos e sobre os métodos de ensino. No caso do Colégio Salesiano, na condição de conveniado, o diretor era convocado, antes do início do ano letivo para participar de uma reunião promovida pela DREC e recebia orientações que deveriam ser seguidas ao longo do ano letivo.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscamos mostrar a dinâmica da organização pedagógica, administrativa e as práticas escolares no Colégio Santa Teresa. Ressalta-se que, embora conveniado, o Colégio buscava seguir os princípios da Igreja Católica e do Sistema Preventivo de Dom Bosco. É bom lembrar que em todo sistema educativo existe prescrição ou orientação de como deve ser o trabalho do professor. E, para desenvolver sua prática, o professor depende do currículo prescrito, porque a instituição escolar tem que responder às questões de ordem cultural e social, respeitando a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, preocupar-se com o indivíduo que deseja “formar”.

No caso específico da Escola Estadual Santa Teresa e do Colégio Salesiano de Santa Teresa, percebe-se que pela forma de funcionamento das duas escolas é que se constrói, no imaginário coletivo, a concepção de que elas foram uma única escola. Elementos presentes no Regimento Escolar do Colégio Salesiano Santa Teresa eram aplicados diretamente na Escola Estadual e por meio da organização do trabalho pedagógi-

co podemos perceber como a marca salesiana foi sendo amalgamada a uma escola pública.

## REFERÊNCIAS

AZZI, R. 2000. *A obra de Dom Bosco no Brasil: cem anos de História*. Barbacena, Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 467p.

BIANCO, E. 1987. *Educar hoje como Dom Bosco educava?* São Paulo, Salesiana, 43p.

BOSCO, J. 2005. *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales: 1815-1855*. Trad. Fausto Santa Catarina. 3.ed. São Paulo, Editora Salesiana, 255p.

CASTRO, A de. 2007. *Presença institucional salesiana: informações e orientações para os leigos que trabalham em nossas instituições*. Campo Grande, UCDB, 93p.

COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA. *Livro de Ocorrência*. Corumbá, 1971-1977. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

\_\_\_\_\_. *Regimento Interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa*. Corumbá, 1971. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Regimento Interno da Escola de Pré-Escolar de 1º e 2º Graus Santa Teresa*. Corumbá, 1987. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa (mimeo).

ESCOLANO, A.; VIÑAO FRAGO, A. 2001. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad.: Alfredo Veiga-Neto, 2.ed, Rio de Janeiro, A. DP&A, 151p.

FARIA FILHO, L. M. de; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. 2004. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 30 (1):139-159.

GIMENO SACRISTÁN, J. 2000. *O currículo: Uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 352p.

JULIA, D. 2001. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, 1: 9-43.

SOUZA, R. F. de. 1998. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 302p.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de F. 2005. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP, Autores Associados, 142p.



VIÑAO FRAGO, A. 1995. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, 0: 63-82.

\_\_\_\_\_. 1998. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. Barcelona, Ariel, 202p.

\_\_\_\_\_. *Culturas escolares (texto mimeo)*. 2000.

Artigo recebido em: 01.04.2015

Aprovado em: 30.06.2015

---

<sup>1</sup> Espiritualidade salesiana, Sistema Preventivo, tradição, missão da congregação, reflexão sobre a vida e a ação de Dom Bosco.

<sup>2</sup> Colégio das Irmãs Salesianas.

<sup>3</sup> Há 40 anos junto aos salesianos, vivenciou as várias fases do Colégio, exercendo diferentes funções foi: professor, secretário, coordenador e diretor adjunto. Continua no Colégio Salesiano de Santa Teresa e atua também na Faculdade Salesiana de Santa Teresa. Parte da entrevista concedida sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa à pesquisadora no dia 27 de abril de 2007.

<sup>4</sup> Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa à pesquisadora no dia 27 de abril de 2007.

<sup>5</sup> Há 35 anos no Colégio. Ex-aluna do Colégio Salesiano de Santa Teresa e ao mesmo tempo professora contratada e cedida pelo Estado para o Colégio Estadual Santa Teresa, depois se tornou professora efetiva do Estado e coordenadora pedagógica. Terminado o Convênio, continuou no Colégio e na coordenação geral da Educação Infantil. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 26 de abril de 2007.

<sup>6</sup> Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

<sup>7</sup> Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

<sup>8</sup> Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 26 de abril de 2007.

<sup>9</sup> Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

<sup>10</sup> Regimento Interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa, 1971, p.2 (Acervo do Colégio).

<sup>11</sup> Há 35 anos no Colégio. Ex-aluna do Colégio Salesiano de Santa Teresa e ao mesmo tempo professora contratada e cedida pelo Estado para o Colégio Estadual Santa Teresa, depois se tornou professora efetiva do Estado e coordenadora pedagógica. Terminado o Convênio, continua no Colégio e está na coordenação geral da Educação Infantil. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 26 de abril de 2007.

<sup>12</sup> Ex- aluna do Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição (GENIC), ex-professora da Escola Estadual Santa Teresa (1972-1976), a partir de 1977 até 1988 atuou como coordenadora pedagógica na mesma escola. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.